



OBRAS PÚBLICAS

Obras Municipais segundo a Lei 14.133/2021

 HAMILTON BONATTO E RAFAEL JARDIM

**#EU
ME
IMPORTO**

**16
HORAS
DE CAPACITAÇÃO**

Desafios para a aplicação da nova Lei de Licitações e impactos nos convênios federais.

APRESENTAÇÃO

Enfim, a nova Lei de Licitações e Contratos! E com ela novos desafios de interpretar o novíssimo diploma legal, adequando-o aos enormes desafios de se planejar, contratar e acompanhar uma obra pública. Nos municípios os desafios são ainda maiores: aplicar os novos institutos e harmonizá-los com a regulamentação de convênios federais e contratos de repasse, essenciais para a garantia da infraestrutura de educação, saúde, mobilidade urbana e uma gama de outras tipologias de obra.

Este curso propõe ao participante o acesso prático, contextualizado e organizado aos mais variados tópicos relacionados à novíssima lei, comparando o reflexo dos novos institutos nas licitações, contratações e transferências voluntárias dos municípios, com base na vasta jurisprudência do TCU sobre o planejamento, a licitação e a fiscalização de obras públicas. Propõe-se reunir e descomplicar as novidades e todo o arcabouço legal envolto ao tema. Tudo aplicado à realidade municipal.

Quais os reflexos da nova Lei de Licitações e Contratos em temas como: convênios e contratos de repasse, planejamento da contratação, estudos técnicos preliminares, gestão de riscos de obras, contratações de consultorias e projetos, inversão de fases de habilitação, serviços comuns de engenharia,

seguros, procedimento de manifestação de interesse, chuvas, limites legais para aditamentos, BDI, contratação direta de obras, novidades com relação à habilitação, disposições sobre empreitadas globais e empreitadas por preço unitário, contratação integrada e semi-integrada, tópicos especiais de orçamento, adaptações aos sistemas referenciais de preços, prazo da obra, responsabilidade dos fiscais da obra e toda a complexa malha de assuntos relacionados ao assunto.

E quais seriam as regulamentações necessárias no ambiente de contratação de obras para que os municípios possam utilizar a Nova Lei? É possível utilizar a regulamentação federal? Pode-se regulamentar de forma distinta da União? Em que casos?

Mais que uma apresentação passo a passo dos principais entendimentos do TCU sobre obras públicas, e os potenciais reflexos nas contratações municipais decorrentes do novo texto legal, o treinamento pretende clarificar um standart de raciocínio para a solução dos problemas que rodeiam o tema – envolvendo a necessária relação entre engenharia, arquitetura e direito administrativo –, capaz de suportar a solução das mais variadas situações que fatalmente irão surgir no dia-a-dia dos agentes públicos que militam nessa seara.

Aos fiscais, membros de comissão de licitação, orçamentistas, projetistas e gestores um compêndio historiado das trilhas legais para o bom e regular emprego de recursos públicos em obras públicas sob a tutela da novíssima Lei de Licitações e Contratos. Aos operadores do direito, uma extensa lista de construções factuais indispensáveis à correta subsunção jurídica de casos concretos nessa área.

OBJETIVOS DO CURSO

- Situar os participantes quanto as principais novidades no tema OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA decorrentes da edição da novíssima Lei de Licitações e Contratos, e o decorrente impacto nas licitações, contratações, convênios e contratos de repasse dos municípios;
- Contextualizar os entendimentos do TCU até então vigentes com a Lei 8.666/93 e regulamentação afeta a convênios e contratos de repasse e os respectivos reflexos em face da nova Lei de Licitações e Contratos;
- Discutir oportunidades de regulamentação da Lei nos municípios, no que se refere à contratação de obras e serviços de engenharia
- Discutir temas polêmicos envolvendo a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, contextualizando diferenças e semelhanças entre a Lei 8.666/93 e a nova Lei de Licitações e Contratos,
- Desenvolver uma visão crítica de um padrão de raciocínio legal para a solução dos problemas que rodeiam a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, capaz de suportar a solução de situações gerais do dia a dia administrativo.
- Sanear as principais dúvidas dos participantes em temas afetos a licitação, contratação, fiscalização e controle de obras públicas, de acordo com a realidade municipal.

PÚBLICO ALVO

Fiscais de contrato municipais, membros de comissão de licitação, auditores, consultores jurídicos, ordenadores de despesa, orçamentistas de obras públicas, engenheiros, arquitetos, advogados e estudantes.



CARGA HORÁRIA

16 horas

(durante 02 dias corridos)

ESPECIALISTAS



HAMILTON BONATTO

Hamilton Bonatto é Engenheiro Civil e Advogado. Procurador do Estado do Paraná. Atualmente é Procurador-Chefe do Núcleo Jurídico da Administração junto à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e à Paraná Edificações. Autor dos Livros “Licitações e Contratos de Obras Públicas”, publicado pela Editora Fórum, “Contratação de Obras Públicas”, Publicado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG; “10 Cadernos Orientadores para Edificações”, publicados pela SEIL e PGE: (1) Estudo de Viabilidade; (2) Termo de Referência; (3) Licitação de Projetos; (4) Contratação de Projetos; (5) Licitação de Obras; (6) Contratação de Obras; (7) Pós-Ocupação; (8) Normas e Súmulas do TCU; (9) Convênios e Outros Instrumentos Congêneres; e (10) Fiscalização de Obras Públicas. Instrutor da Escola de Governo do Estado do Paraná. Ministra cursos de Licitações e Contratos de Obras e Serviços de Engenharia.



RAFAEL JARDIM

Rafael Jardim é Auditor Federal de Controle Externo, é o atual Secretário de Fiscalização de Bancos e Fundos de Pensão do TCU e Ex-Secretário de Combate a Corrupção daquela Corte. Coautor dos livros “Obras Públicas: comentários à jurisprudência do TCU” – 4ª Edição, “O RDC e a Contratação Integrada na prática”, “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance” e “O Controle da Administração Pública na Era Digital”. No TCU desde 2005, foi também titular da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura, unidade responsável pela condução dos processos relacionados à Operação Lava Jato. Foi ainda Diretor da área técnica responsável pela fiscalização de rodovias. Ocupou os cargos de Secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e também de Fiscalização de Obras de Energia. Coordenou as fiscalizações do TCU atinentes à Copa do Mundo de 2014. Na área de combate à corrupção e integridade, palestrou em eventos internacionais da ONU, OCDE, além de treinamentos para auditores das Controladorias Gerais de diversos países na América Latina. Palestrante e conferencista em temas afetos à engenharia de custos para o setor público, ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), Compliance, Integridade e a licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. Formado em engenharia civil pela Universidade de Brasília, trabalhou por mais de dez anos na coordenação de projetos e execução de obras na iniciativa privada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

Aplicabilidade da nova Lei de Licitações e Contratos aos municípios

Apresentação geral dos princípios da nova Lei de Licitações e Contratos e principais desafios para a aplicação da lei nos municípios

Comparativo entre a Lei 8.666/93, o RDC e a Nova Lei de Licitações e Contratos

Apresentação da Legislação federal referente a convênios e contratos de repasse

Novo papel da consultoria jurídica e do controle interno

Fundamentos de hermenêutica na aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos

Cláusulas Gerais e cláusulas específicas: oportunidades regulamentares para os municípios

Discricionariedade x poder vinculado na nova Lei de Licitações e Contratos.

Visão geral da obra pública: iniciação, planejamento, execução, finalização e controle.

NOVAS DEFINIÇÕES E CONCEITOS LEGAIS

Definição de obra – novo conceito e consequências

Definição de serviço
Definição de bens e serviços comuns
Definição de serviço de engenharia
Definição de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto
Definição de serviço comum de engenharia
Definição de bens e serviços especiais
Definição de serviços e fornecimentos contínuos
Definição de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual
Definição de obra comum de engenharia e suas consequências

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: COMO OS MUNICÍPIOS LICITARÃO?

Pregão x concorrência: diferenças e aplicabilidade
Procedimento licitatório e prazos para a publicação dos instrumentos convocatórios
Orçamento sigiloso
Critérios de julgamento
Procedimentos obrigatórios para obras e serviços de engenharia
Lances abertos e fechados
Negociação
Recursos
Homologação do certame

PLANEJAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS

Principais tópicos relativos ao planejamento na nova Lei de Licitações e Contratos
Contextualização e desafios de planejamento de obras em municípios
Planejamento de convênios
Gestão de riscos de obras públicas
 Definição de riscos
 Momento para a avaliação dos riscos
 Diferença entre matriz de risco contratual e matriz de riscos de resultado
 Metodologia Coso
 Identificação de riscos em obras públicas
 Tratamento e priorização de riscos em obras públicas
 Identificação de respostas a riscos em obras públicas
 Controle e monitoramento de riscos em obras públicas
 Exercício prático sobre riscos em obras públicas
Estudos de viabilidade na nova Lei de Licitações e Contratos



Viabilidade Técnica

Viabilidade Econômica

Viabilidade Ambiental

Viabilidade Financeira

Estudos de Impacto de Vizinhança (ETP) na nova Lei de Licitações e Contratos

Estudos técnicos preliminares em obras públicas (ETP)

Definição de estudos técnicos preliminares

Comparação entre ETP estabelecido na IN 40/2020 e o trazido pela nova Lei de Licitações

Identificação do problema

Requisitos para a contratação

Levantamento de mercado

Escolha e descrição da solução

Estabelecimento de quantitativos

Estabelecimento do preço

Justificativa de parcelamento

Contratações correlatas e/ou interdependentes

Alinhamento da contratação com o Planejamento Anual de Contratações

Resultados pretendidos

Providências prévias à contratação

Possíveis impactos ambientais

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade do empreendimento

PROJETO

Projeto básico: elementos mínimos na nova Lei de Licitações e Contratos e diferenças para a Lei 8.666/93

Condições de contorno: direcionamento do objeto

Projeto simplificado para casos de emergência

Projeto executivo: definição e aplicação, segundo a nova Lei de Licitações e Contratos

Contratações de projeto

Faculdade ou obrigatoriedade da utilização de técnica e preço

Procedimentos na nova Lei de Licitações e Contratos relativos à técnica e preço

Boas práticas de gestão de projetos

METODOLOGIA BIM

Previsão do BIM na Nova Lei de Licitações e Contratos

Decreto 10306/2020

Definição de BIM e vantagens de utilização

Modelagem de editais e condições de habilitação em contratação de projetos em BIM

Implementação do BIM e fases de implementação



Regras para elaboração de projetos em convênios e contratos de repasse

ORÇAMENTO DE OBRAS SEGUNDA A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Custo Direto x Despesas indiretas x Custos indiretos

Estabelecimento de preços de mercado segundo a nova Lei de Licitações e Contratos

Exigibilidade de utilização do Sinapi e do Sicro para municípios

Custo Direto

Aplicabilidade do Decreto 7.983/2013 – Sicro, Sinapi, sistemas estaduais e municipais e pesquisas de preço

Critérios de aceitabilidade unitário e global

Composições de custo unitário

Materiais

Consumos, perdas e pesquisas de preço

Situação de necessidade de pesquisas de preço em municípios

Distâncias de transporte

Mão de obra

Produtividade e salários base

Encargos sociais e encargos complementares

Grupos A, B, C e D

Horistas x mensalistas

Efeitos das chuvas sobre os custos de mão de obra

Desoneração da mão de obra

Equipamentos

Adaptações ao sistema de referência

SINAPI

Visão geral

Escolha das composições no Sinapi

Situações de adaptação obrigatória no Sinapi

Estabelecimento de itens novos no orçamento: procedimentos na nova Lei de Licitações

BDI na nova Lei de Licitações e Contratos

Aplicabilidade do Acórdão 2622/2013-Plenário

Alíquota de ISS no BDI, de acordo com a obra e o município

BDI diferenciado para materiais

Principais erros no estabelecimento do BDI referencial

Custos indiretos

Administração local: valor de mercado e formas de medição



Mobilização e desmobilização do canteiro: valor de mercado e formas de medição

Manutenção do canteiro de obras: valor de mercado e formas de medição

Estabelecimento do prazo da obra:

Contratos por escopo e contratos por prazo determinado na nova Lei de Licitações

Principais problemas identificados no dimensionamento de prazo de obras

Regras de orçamentação de obras em convênios e contratos de repasse

CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Apresentação das principais novidades

Dispensa x inexigibilidade

Casos de contratações emergenciais e diferenças da nova lei em relação à Lei 8.666

Contratação direta pelo valor da obra ou serviço de engenharia segundo a nova lei

Contratação de especialista por notório conhecimento

Remanescente de obra na nova Lei de Licitações e Contratos

Outros casos de contratação direta para obras e serviços de engenharia na nova lei

ELABORAÇÃO DO EDITAL E DA MINUTA DE CONTRATO

O uso das diferentes “trilhas licitatórias” na nova lei

Prazos de publicação e modalidades de licitação previstas

Novidades da nova Lei de Licitações e Contratos

A inversão de fases

Os novos critérios para a seleção da melhor proposta

O orçamento sigiloso

Lances abertos, fechados, combinados e o uso do pregão

Lances intermediários

Habilitação

Habilitação x classificação na nova Lei de Licitações e Contratos

Principais novidades

Aplicabilidade da jurisprudência estabelecida sob a ótica da Lei 8.666/93

Principais falhas observadas nas condições de habilitação em obras públicas

Classificação

Inexequibilidade: nova forma de cálculo

Aplicabilidade da jurisprudência então concebida para ateste de inexequibilidade

Critérios de aceitabilidade de preço

Matriz de riscos

Conceito

Casos de obrigatoriedade

Tipos de empreitada

Empreitada por preço unitário

Empreitada por preço global

Tarefa

Empreitada integral

Contratação integrada

Contratação Semi-integrada

Fornecimento e prestação de serviço associado

Diferenças entre empreitadas por preço global e unitário

Casos de utilização e motivação para o uso de um e outro instituto

Aditivos em empreitadas por preço global

Erros ou omissões no orçamento

Matriz de riscos em empreitadas por preço global

Acórdão 1977/2013-TCU-Plenário e sua aplicabilidade após a edição da nova lei.

Aplicação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para obras públicas: casos de aplicação para municípios

Elaboração de editais em situações de convênios e contratos de repasse

CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA

Definição

Motivação do uso

Elementos do Anteprojeto nas contratações integradas

Orçamento da contratação integrada e aplicabilidade do Sicro/Sinapi

Aditivos na contratação integrada

Matriz de riscos nas contratações integrada e semi-integrada

Seguros

Diferenças para a contratação integrada e a semi-integrada

Orçamento nas contratações semi-integradas e novidades na nova Lei de Licitações e Contratos

Responsabilidade pela emissão das licenças ambientais e estudos de desapropriação nas contratações integradas e semi-integradas

FISCALIZAÇÃO DE OBRAS EM MUNICÍPIOS

Principais novidades

Fiscal x gestor do contrato

Responsabilidade do fiscal

Fiscalização de encargos trabalhistas e previdenciários

Contratação de consultores e empresas supervisoras: novos entendimentos

Exigência de ART

Diário de obras – elementos mínimos
Elementos mínimos para medição e ateste de serviços
Química contratual e contratos verbais: novidades
Principais erros de medição em obras públicas encontrados pelo TCU
Aplicabilidade da jurisprudência do TCU relativa à Lei 8.666/93
Fiscalização de convênios e contratos de repasse

ADITIVOS CONTRATUAIS

Teoria das áleas
Teoria da imprevisão
Alterações quantitativas x alterações qualitativas na nova lei
Novos entendimentos e forma de cálculo dos 25% contratuais
Extrapolação dos 25% contratuais
Itens novos no orçamento
Jogo de planilhas
Aditivos de prazo
Cláusulas de reajuste e repactuação
Regras para aditamentos de contratos em convênios e contratos de repasse

ENTREGA DA OBRA E RESPONSABILIDADE DO CONSTRUTOR

Recebimento provisório
Recebimento definitivo
Art. 618 do Código Civil, a garantia da obra e as novidades da nova lei relacionadas ao tema
Responsabilidade objetiva
Excludentes da responsabilidade objetiva
Responsabilidade solidária do administrador
Regras para o recebimento de obras em convênios e contratos de repasse

CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Decreto 6170/2007
Portaria Interministerial 424/2016
Portaria 13.395/2020 e regras para elaboração de orçamento paramétrico
Definições e diferenças entre convênios e contratos de repasse
Diferentes níveis de prestação de contas em convênios
Exigência de preenchimento do SICONS
Definição de competências e responsabilidades no âmbito das transferências voluntárias
Proposta de trabalho



Contrapartida
Plano de Trabalho
Projeto Básico e Termo de Referência
Celebração do convênio e do contrato de repasse
Formalização do instrumento
Alteração do convênio ou contrato de repasse
Pagamentos
Acompanhamento
Prestação de contas
Impactos da Nova Lei de Licitações

INVESTIMENTO



R\$ 3.890,00

(três mil, oitocentos e noventa reais)

- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes. Entre em contato com nossas consultoras.

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar ou reagendar data/horários de realização do curso, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos. Permanecendo isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

DATA



10 E 11 DE JULHO DE 2023 BELO HORIZONTE/MG

Início 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30;
Intervalo de 01h00 para almoço;
Coffee Break às 10h00 e às 16h00.



MATERIAL INCLUSO

- Material de Apoio: apostila com conteúdo a ser ministrado, caneta, lapiseira, marca texto e bloco.
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório;
- 04 coffee breaks;
- 02 almoços;

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco n° 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco n° 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco n° 237
Ag. 3200
C/C 7760-7



**Se preferir, entre em contato com nossa
central de relacionamento:**

 (41) **3068-3858**

 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    @contreinamentos

